



MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA-GERAL

Nº DO PROCESSO SAJ/MP/AL: [Número do MP]

A **CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**, no uso de suas atribuições previstas no art. 16, I, IV da Lei Complementar nº 15/96 e nos arts. 2º, § 2º, 6º e 7º do Ato nº 001/2017 – CGMP/AL, realiza **CORREIÇÃO ORDINÁRIA** no órgão do Ministério Público abaixo especificado, realizando entrevista com o membro do Ministério Público atualmente em atuação, consultando os assentamentos funcionais do entrevistado e o fluxo de trabalho da unidade correicionada no Sistema de Automação da Justiça, bem como analisando as informações que se seguem, prestadas pelo(a) Promotor(a) de Justiça.

I – IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO CORREIIONADO

Deve o(a) Promotor(a) de Justiça informar:

A unidade correicionada:

As atribuições da unidade:

O endereço da unidade:

Se a unidade funciona em prédio administrado pelo Ministério Público ou pelo Poder Judiciário:

O horário de funcionamento da unidade:

Os municípios que compõem a área de atuação:

A estrutura de pessoal, indicando os nomes e cargos/funções que ocupam, e se atuam de forma presencial ou remota (informar de há autorização):

A estrutura física, informando se há deficiências:

O órgão do Poder Judiciário junto ao qual as atribuições da unidade são exercidas:

II – IDENTIFICAÇÃO E FORMA DE ATUAÇÃO DO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Deve o(a) Promotor(a) de Justiça informar:

O(a) Promotor(a) de Justiça titular, indicando se está em atividade no órgão e, caso não esteja, informar o motivo do afastamento:

O(a) Promotor(a) de Justiça em atuação (responsável pelo preenchimento deste termo) e o número da portaria de designação, caso não seja o titular:

A data que o membro em atuação assumiu a unidade correicionada:

Os cargos e funções, de quaisquer naturezas, que esteja exercendo cumulativamente no âmbito da instituição ou, externamente, como representante do Ministério Público de Alagoas:

Se atua junto à Justiça Eleitoral, indicando a Zona e os municípios que a compõem:

Se exerce o magistério, informando em que locais e horários:

Se houve afastamento das atividades nos últimos seis meses, especificando o período e o motivo:

Se recebeu colaboração de outro membro ou grupo nos últimos seis meses, especificando o período e o colaborador:

Se concluiu cursos de aperfeiçoamento nos últimos doze meses, indicando quais foram:

Se utiliza recursos de inteligência artificial, especificando de que forma isso ocorre:

Se publicou livros ou artigos nos últimos doze meses, especificando quais e onde foram publicados:

O endereço residencial atual do(a) Promotor(a) de Justiça, informando se tem autorização do PGJ para residir fora da região metropolitana de onde é titular, se for o caso:

Se atua nas audiências judiciais de forma presencial ou virtual e, em sendo virtual, especificar a frequência, a justificativa e o local de onde o(a) Promotor(a) de Justiça participa:

Se atua nas audiências extrajudiciais de forma presencial ou virtual e, em sendo virtual, especificar a frequência, a justificativa e o local de onde o(a) Promotor(a) de Justiça participa:

Em quais dias da semana comparece, pessoalmente, à sede da unidade correicionada:

III - DADOS EM RELAÇÃO À PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Deve o(a) Promotor(a) de Justiça informar:

Como ocorrem os atendimentos ao público, indicando quem realiza o atendimento; se ocorrem presencial ou virtualmente; em que dias da semana e horários e se são registrados no SAJ:

Se participa de atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, reuniões temáticas e outras atividades que resultem em medidas de inserção social e se referidas atividades são registradas no SAJ:

Se foi elaborado Plano de Atuação e Gestão da unidade relativo aos anos de 2026 e 2027, bem como se foi instaurado procedimento administrativo para acompanhar o devido cumprimento das metas estabelecidas (indicar o número do PA), informando, ainda, quais os resultados já obtidos:

Se aderiu e executa projetos, programas e campanhas institucionais que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional, bem como se foram instaurados procedimentos administrativos (informar os números) para acompanhar as devidas execuções, informando, ainda, quais os resultados já obtidos:

Se houve experiências inovadoras, atuações de destaque e boas práticas, que não se enquadram no item anterior. Em caso positivo, explicar resumidamente a atividade realizada:

Se há atuação prioritária visando a resolução extrajudicial dos conflitos, com o uso de recomendação, termo de ajuste de conduta e práticas equivalente, especificando situações em que ocorreu:

Se faz uso de métodos de autocomposição, extrajudiciais e judiciais, visando à prevenção e à solução dos conflitos, informando quais métodos são utilizados e quais os benefícios concretos que já foram produzidos para a sociedade:

Se há interação com os núcleos do Centro de Apoio Operacional, indicando de que forma ocorre:

Quais ações foram desenvolvidas pela unidade, que possam ser consideradas formas de atuação resolutiva, preventiva e proativa e que tenham gerado benefícios concretos e impactos sociais diretos e indiretos para a sociedade (explicar detalhadamente):

Observações:

IV – DADOS EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO DE ATRIBUIÇÃO CRIMINAL

A unidade não exerce essas atribuições

Deve o(a) Promotor(a) de Justiça informar:

Se a tramitação dos inquéritos policiais entre a Polícia Judiciária e o Ministério Público ocorre por meio do NIMP, pelo Poder Judiciário, ou se é adotado o procedimento previsto na Recomendação CGMP n. 01/2024:

Se é adotado o procedimento em vigor para arquivamento de inquéritos policiais, nos termos da Resolução CNMP nº 181/2017, com a redação dada pela Resolução CNMP nº 289/2024, e de acordo com o Ato PGJ nº 25/2024:

Se é adotado o procedimento em vigor para celebração de acordos de não persecução penal no ambiente do Ministério Público, nos termos da Resolução CNMP nº 181/2017, com a redação dada pela Resolução CNMP nº 289/2024:

Se tramita procedimento administrativo (informar o número) com a finalidade de acompanhar as requisições de inquéritos policiais ou de que forma é feito esse acompanhamento:

Se zela pelo direito de informação da vítima, tal como sobre seus direitos básicos, serviços de apoio, processos e outros meios de obtenção de reparação dos danos causados, explicando de que forma isso ocorre:

Se atende ao disposto no art. 9º, da Resolução CNMP nº 243/2021, no sentido de pleitear, de forma expressa, no bojo dos autos, a fixação de valor mínimo para reparação dos danos materiais, morais e psicológicos, causados pela infração penal ou ato infracional, em prol das vítimas diretas, indiretas e coletivas.

Se atende ao disposto no art. 5º, da Recomendação de Caráter Geral da Corregedoria Nacional nº 06/2025, que recomenda as providências prioritárias a serem observadas no depoimento especial, quando há crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência:

Se utiliza o fluxo de prevenção, acolhimento, proteção, atendimento e acompanhamento a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, nos termos do Protocolo Estadual Integrado de Atendimento à Crianças e Adolescentes Vítimas e

Testemunhas de Violência e da Recomendação CNMP de Caráter Geral nº 06/2025, de 28 de agosto de 2025:
Se atende às disposições da Resolução CNMP nº 310/2025, que regula a atividade do Ministério Público na investigação de morte, violência sexual, tortura, desaparecimento forçado de pessoas e outros crimes ocorridos em decorrência ou no contexto de intervenções dos órgãos de segurança pública:
De que forma ocorreu a atuação extrajudicial em matéria criminal, de qualquer natureza, inclusive em defesa das vítimas, nos últimos 12 meses:
Caso o(a) membro(a) exerça atribuição de controle externo da atividade policial concentrado, deve informar:
() A unidade não exerce essas atribuições
Se tramita procedimento administrativo (informar o número) com a finalidade de acompanhar as requisições de inquéritos policiais, bem como de fiscalizar se os boletins de ocorrência estão sendo devidamente registrados e se estão sendo instaurados os inquéritos policiais correlatos (caso negativo, informar de que forma é exercida essa atribuição):
Se tramita procedimento administrativo (informar o número) para atender à Recomendação CGMP n. 03/2025 (visitas ordinárias às unidades policiais, órgãos de perícia técnica e aquartelamentos militares):
Caso o(a) membro(a) exerça atribuição de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, deve informar:
() A unidade não exerce essas atribuições
Se atende ao disposto no Ato Conjunto PGJ/CG nº 1/2026, no sentido de zelar pelo correto preenchimento dos dados cadastrais no SAJ/MPAL, possibilitando, assim, a alimentação automática do Cadastro Nacional de Violência Doméstica:
Se fiscaliza se a Polícia Civil aplica o Formulário Nacional de Avaliação de Risco – FONAR (Resolução Conjunta CNJ e CNMP nº 5/2020) em todos os casos que envolva violência doméstica no âmbito familiar e se referido formulário acompanha os procedimentos policiais (explicar como ocorre a fiscalização):
Se fiscaliza o cumprimento das medidas protetivas e de que forma isso ocorre:
Se aplica o fluxo/protocolo estadual de acompanhamento das medidas protetivas:
Se fiscaliza se há efetiva intimação da vítima em caso de liberdade provisória do autuado, nos termos do art. 21 da Lei nº 11.340/06:
Se zela para que seja assegurada às vítimas a prestação de apoio e atendimento especializado, por meio de equipe multidisciplinar ou pelo devido encaminhamento às redes de apoio externas, explicando de que forma isso ocorre:
Observações:

V – DADOS ATINENTES AO EXERCÍCIO DA ATRIBUIÇÃO DE TUTELA DA FAMÍLIA
() A unidade não exerce essas atribuições
Deve o(a) Promotor(a) de Justiça informar:
Se, em procedimentos que envolvam guarda compartilhada, é analisado, no caso concreto, se a mulher é vítima de violência doméstica, na forma do artigo 1584, § 2º, do Código Civil (alterado pela Lei n. 14.713/2023):
Se atua em todos os processos judiciais de família em que a mulher é vítima de violência doméstica, conforme determina o artigo 698, parágrafo único, do CPC (incluído pela Lei n. 13.894/2019):
Se atua em conformidade com a Resolução CNMP nº 254/2022, que disciplina a manifestação do Ministério Público em habilitação, celebração de casamento civil e conversão de união estável entre pessoas do mesmo sexo:
Se atua em todos os processos judiciais que envolvam direitos de crianças e adolescentes, de incapazes ou de idosos em situação de vulnerabilidade, nos termos do artigo 5º, VIII, da Recomendação CNMP 34/2016, e do art. 1º da Recomendação de Caráter Geral CNMP nº 6/2025:
Se, em situação de crianças e adolescentes vítimas de violência, há articulação/atuação integrada entre as Promotorias de Justiça criminais, as Promotorias de Justiça de violência doméstica e familiar e as Promotorias de Justiça da infância e juventude, na forma estabelecida pela Resolução CNMP n. 287/2024, e em caso positivo, especificar como ocorre:
Se, em situação de criança e adolescente vítimas de violência, o(a) Promotor(a) de Justiça zela para que o depoimento especial ocorra preferencialmente no âmbito criminal, com posterior compartilhamento de provas com a Promotoria de Justiça da área de família, nos termos do artigo 8º da Resolução CNMP nº 287/2024:
Se, nos casos de alienação parental que não tenham repercussão criminal, o(a) Promotor(a) de Justiça zela para que, havendo necessidade de oitiva da criança ou do adolescente, seja realizado obrigatoriamente por meio de depoimento especial, na forma

do artigo 8-A da Lei n. 12.318/2010:
Se atua nos processos de curatela e nas respectivas prestações de contas, bem como nos processos de tomada de decisão apoiada:
De que forma ocorreu a atuação extrajudicial em matéria de família nos últimos 12 meses:
Observações:

VI – DADOS ATINENTES AO EXERCÍCIO DA ATRIBUIÇÃO DE DEFESA DA PESSOA IDOSA E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
() A unidade não exerce essas atribuições
Deve o(a) Promotor(a) de Justiça informar:
Se existem conselhos municipais da pessoa idosa e respectivos fundos em todos os municípios que compõem a comarca (Lei nº 8.842/94) e, em não havendo, se há atuação articulada para criação.
Se existem conselhos municipais da pessoa com deficiência e respectivos fundos em todos os municípios que compõem a comarca e, em não havendo, se há atuação articulada para criação.
Se existem projetos, ações, estratégias ou atividades específicas na defesa das pessoas idosas e das pessoas com deficiência, especificando quais são:
Se existe rede de apoio à pessoa idosa e à pessoa com deficiência nos municípios que compõem a comarca, explicando seu funcionamento e de que forma é feita a fiscalização:
De que forma ocorreu a atuação extrajudicial em matéria de defesa da pessoa idosa e da pessoa com deficiência nos últimos 12 meses:
Observações:

VII – DADOS ATINENTES AO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DA CORREGEDORIA NACIONAL EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO DA ATRIBUIÇÃO DE DEFESA DA EDUCAÇÃO
() A unidade não exerce essas atribuições
Deve o(a) Promotor(a) de Justiça informar:
Se tramita procedimento administrativo (indicar o número) para acompanhamento do cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação, definida na Lei nº 13.005/14 (universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE):
Se tramita procedimento administrativo (indicar o número) para verificação da obrigação de manutenção de sítio eletrônico com informações/publicações de filas e demandas em creches, conforme obrigações previstas nas Leis 14.851/24 e 14.685/23:
Se tramita procedimento administrativo (indicar o número) para acompanhamento contínuo da regularidade do transporte escolar do município, utilizando-se o aplicativo "De Olho no Transporte Legal", de acordo com previsão dos arts. 136 e 138 da Lei n. 9.503/97, Instrução Normativa n. 01/17 do DETRAN/AL e Portaria Seduc nº 3.726/23:
Se tramita procedimento administrativo (indicar o número) para acompanhamento contínuo do cumprimento das condicionalidades VAAR (valor anual por aluno) E VAAT (valor anual total por aluno) pelo Município, conforme arts. 13 e 14 da Lei do Fundeb nº 14.113/20:
Se tramita procedimento administrativo (indicar o número) para verificação da existência de obras municipais que participem do programa nacional de retomada de obras, conforme Portaria GM/MS nº 3.610/24:
Se há fiscalização efetiva e de que forma ocorre, em relação ao funcionamento adequado do Conselho Municipal de Educação:
De que forma ocorreu a atuação extrajudicial em matéria de defesa da educação nos últimos 12 meses:
Observações:

VIII – DADOS ESPECÍFICOS ATINENTES AO EXERCÍCIO DA ATRIBUIÇÃO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
() A unidade não exerce essas atribuições

Deve o(a) Promotor(a) de Justiça informar:
Se fiscaliza os Conselhos Estadual e Municipais da Criança e do Adolescente e seus respectivos Fundos e se há atuação articulada com a rede de proteção para a formulação das políticas públicas específicas e construção de fluxos e protocolos:
Se há procedimento administrativo de acompanhamento dos recursos dos Fundos Estadual e Municipais da Infância e Juventude, zelando para que contemplem os planos de atendimento e de aplicação dos recursos deliberados pelos Conselhos Estadual e Municipais da Criança e do Adolescente:
Se há articulação voltada à implementação do Plano Municipal da Primeira Infância, com ampla discussão com a sociedade, com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e com o Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para a primeira infância, nos termos da Lei 13.257/2016, explicando como ocorre:
Se o Conselho Tutelar possui regimento Interno devidamente registrado no CMDCA:
Se adota medidas para garantir o pleno e adequado funcionamento das atribuições do Conselho tutelar, especificando quais:
Como ocorre a fiscalização do processo de eleição dos Conselheiros Tutelares:
Se promove reuniões periódicas com a rede de proteção (CRAS, CREAS, Educação, Saúde etc) para a articulação de ações e elaboração de plano de ações, visando a proteção da infância e juventude, sobretudo das famílias em situação de vulnerabilidade, informando se essas reuniões são cadastradas no SAJ/MPAL:
Se o Município possui o Sistema de Informação para a Infância e Juventude – SIPIA e, em não havendo, como é realizado o monitoramento da realidade local das políticas de proteção à infância e juventude:
Se o Conselho Tutelar utiliza o SIPIA-CT para registro de suas atividades diárias e, em não havendo, como é realizado o registro de atendimento:
Se é encaminhado pelo Conselho Tutelar ao Ministério Público relatório periódico das atividades, nos termos do art. 3º da Recomendação nº 119, de 24 de junho de 2015:
Se há serviço de acolhimento institucional no município que atua, especificando se é municipal ou regional:
Se há fluxo/protocolo de aplicação de medida protetiva de acolhimento institucional e, em não havendo, quais providências estão sendo adotadas para sua implementação, nos termos da regulamentação do CNMP:
Se atua em audiências concentradas e se tem zelado pelo cumprimento do prazo legal de acolhimento institucional:
Se adota medidas visando à efetiva garantia do direito à convivência familiar das crianças e adolescentes acolhidos e o ajuizamento de eventual ação de destituição do poder familiar, no caso de não ser cabível a reinserção familiar:
Se acessa e fiscaliza o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA, a fim de garantir que o sistema retrate com exatidão a ordem dos habilitados à adoção:
Se há serviço de acolhimento familiar no município que atua:
a) Em havendo, descreva sucintamente como funciona:
b) Caso não haja, qual a articulação realizada pelo Ministério Público para criação do programa:
Se acompanha os Planos Estadual e Municipais de Atendimento Socioeducativo:
a) Em havendo, como é realizado o acompanhamento:
b) Caso não haja, quais medidas extrajudiciais e judiciais foram adotadas para a sua correta implementação:
Se realiza a oitiva informal a que se refere o art 179 do ECA e se existe fluxo estabelecido com a Delegacia de Polícia, Poder Judiciário e Assistência Social, para efeito de agilização do atendimento inicial de adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional, na forma do art 88,V, do ECA:
Se há serviço de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade no Município que atua:
a) Em não havendo, quais medidas extrajudiciais e judiciais foram adotadas para criação, funcionamento e atendimento adequado do serviço nos municípios que integram a Promotoria de Justiça:
b) Em havendo, se serviço é prestado pelo CREAS ou CRAS:
c) Se há equipe técnica de referência nos termos da regulamentação pelo CNMP:
Se há unidades para cumprimento de medidas socioeducativas em programa de privação de liberdade (internação e semiliberdade):
a) Em não havendo, em que locais referidas medidas são cumpridas:

	UNIFICADAS	S (920037)		ANDAMENTO	inicial (920013)	(920067)	Sem TAC (920472), (920090)	Com TAC (920471), (920089)	Recomendação (920068)
PA de acompanhamento de Instituições	(910032)								
PA de acompanhamento de Políticas Públicas	(910031)								
PA de Acompanhamento de TAC	(910030)								
PA de outras atividades não sujeitas a inquérito civil	(910034)								
PA de tutela de interesses individuais indisponíveis	(910033)								
ASSUNTO	CÓDIGO TABELAS UNIFICADAS	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE (no período)			MOVIMENTOS				
		INSTAURADOS (920037)	FINALIZADOS	EM ANDAMENTO	Petição inicial (920013)	TAC (920067)	Arquivamento		Recomendação (920068)
							Sem TAC (920472), (920090)	Com TAC (920471), (920089)	
DIREITO DO CONSUMIDOR	(1156)								
Saúde (12480)**	(10064)								
Pessoa Idosa	(11842)								
Educação (12775)*	(10051), (10029)								
Improbidade Administrativa	(10011)								
Meio Ambiente	(10110), (10438)								
Pessoas com deficiência	(11843)								
Ordem Urbanística	(11802)								
DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	(9633)								

ANEXO I-d - EXTRAJUDICIAL									
PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO DO MP (PEÇAS DE INFORMAÇÃO - PIC)									
CLASSE: (1733) Procedimento investigatório do MP (Peças de informação - PIC)									
CLASSE	CÓDIGO TABELAS UNIFICADAS	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE (no período)				MOVIMENTOS			
		INSTAURADOS (920037)	FINALIZADOS	EM ANDAMENTO			Termo de Acordo de não Persecução Penal (920482)	Denúncias (920015), (920016)	Arquivamento (920087)
				INSTAURADOS Antes (D-3)	INSTAURADOS (D-3)	INSTAURADOS (D-2)			
Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP)	(1733)								
ASSUNTO	CÓDIGO TABELAS UNIFICADAS	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE (no período)			MOVIMENTOS				
		INSTAURADOS (920037)	FINALIZADOS	EM ANDAMENTO	Termo de Acordo de não Persecução	Denúncias (920015), (920016)	Arquivamento (920087)		

Termo Circunstanciado	(278)				
ASSUNTO	CÓDIGO TABELAS UNIFICADAS	ESTATÍSTICA/ QUANTIDADE (no período)	MOVIMENTOS		
		RECEBIDOS (920246)	Transações penais oferecidas (920124) – proposta de transação penal	Promoção de arquivamento (920087), (920092)	Denúncias oferecidas (920014), (920015), (920016)
Direito Penal	(287)				

ANEXO II-c - CRIMINAL PROCESSO CRIMINAL CLASSES: (268) Processo criminal EXCETO (385) Execução criminal e (277) Procedimentos investigatórios					
CLASSE	CÓDIGO TABELAS UNIFICADAS	ESTATÍSTICA/ QUANTIDADE (no período)	MOVIMENTOS		
		RECEBIDOS (920246)	Recurso (920211)	Manifestação em 2º Grau (920271)	Manifestação em tribunais superiores (920270)
PROCESSO CRIMINAL (EXCETO Execução Criminal e Procedimentos Investigatórios)	(268) [EXCETO (385) e (277)]				
ASSUNTO	CÓDIGO TABELAS UNIFICADAS	ESTATÍSTICA/ QUANTIDADE (no período)	MOVIMENTOS		
		RECEBIDOS (920246)	Recurso (920211)	Manifestação em 2º Grau (920271)	Manifestação em tribunais superiores (920270)
Atos de Terrorismo	(12218)				
Crimes Contra a Administração Pública	(5873), (5872), (3547)				
Crimes Contra a Dignidade Sexual	(3463)				
Crimes Contra a Liberdade Pessoal	(3400)				
Crimes Contra o Meio Ambiente E O Patrimônio Genético	(3618)				
Crimes Contra o Patrimônio	(3415)				
Crimes Contra Portadores de Deficiência	(11410)				
Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	(10984), (10983), (10982), (3628)				
Crimes de Tortura	(3631)				
Crimes De Tráfico Ilícito E Associado Para A Produção E Tráfico	(5897), (3608)				
Crimes De Trânsito	(3632)				
Crimes Do Sistema Nacional de Armas	(3633)				
Crimes Eleitorais	(11429), (3654)				
Crimes Resultante de Preconceito de Raca ou de Cor	(3613)				
Feminicídio	(900142),				

	(12091)				
Homicídio Simples e Qualificado	(3372), (3370)				
Manutenção ou Financiamento do Terrorismo	(12221)				
Organização Terrorista	(12219)				
Preparação de Ato Terrorista	(12220)				
Tráfico de Pessoas	(930421)				
Violência Doméstica Contra a Mulher	(10949)				

ANEXO II-d - CRIMINAL EXECUÇÃO PENAL CLASSES: (385) Execução criminal						
CLASSE	CÓDIGO TABELAS UNIFICADAS	ESTATÍSTICA/ QUANTIDADE (no período)	MOVIMENTOS			
		RECEBIDOS (920246)	Manifestação em 1º Grau (920198)	Recurso (920211)	Manifestação em 2º Grau {920271}	Manifestação em tribunais superiores (920270)
Anistia	(409)					
Comutação de Pena	(411)					
Conversão de Pena	(407)					
Excesso ou Desvio	(408)					
Execução da Pena	(386)					
Execução de Medida de Segurança	(11399)					
Execução Provisória	(1714)					
Indulto	(410)					
Superveniência de doença mental	(1283)					
Transferência entre estabelecimentos penais	(1288)					
Unificação de penas	(1284)					

ANEXO III - CÍVEL PROCESSO CÍVEL CLASSES: (2) Processo civil e do trabalho EXCETO (1070) Incidentes trabalhistas, (1067) Procedimentos trabalhistas, (1068) Processo de execução trabalhista e (1071) Recursos trabalhistas						
CLASSE	CÓDIGO TABELAS UNIFICADAS	ESTATÍSTICA/ QUANTIDADE (no período)	MOVIMENTOS			
		RECEBIDOS (920246)	Manifestação em 1º Grau (920198)	Recurso (920211)	Manifestação em 2º Grau {920271}	Manifestação em tribunais superiores (920270)
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO	(2) [EXCETO (1071), (1070), (1068) e (1067)]					

ANEXO IV-a - INFÂNCIA E JUVENTUDE ATO INFRACIONAL CLASSE: (1460) Procedimentos investigatórios
--

CLASSE	CÓDIGO TABELAS UNIFICADAS	ESTATÍSTICA/ QUANTIDADE (no período)	MOVIMENTOS		
		RECEBIDOS (920246)	Remissão ECA (920075)	Representação por ato infracional (920017)	Arquivamento (920087)
Procedimentos Investigatórios	(1460)				
ASSUNTO	CÓDIGO TABELAS UNIFICADAS	ESTATÍSTICA/ QUANTIDADE (no período)	MOVIMENTOS		
		RECEBIDOS (920246)	Remissão ECA (920075)	Representação por ato infracional (920017)	Arquivamento (920087)
Contra A Dignidade Sexual	(9740)				
Contra A Liberdade Pessoal	(9659)				
Contra o Patrimônio	(9674)				
De Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	(9858)				
De Trânsito	(9892)				
Do Sistema Nacional De Armas	(9893)				
Feminicídio	(12358), (900146)				
Homicídio Simples e Qualificado	(9636), (9638)				
Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor	(9873)				
Violência Doméstica Contra a Mulher	(11979)				

ANEXO IV-b - INFÂNCIA E JUVENTUDE ATO INFRACIONAL CLASSES: (1464) Processo de apuração de ato infracional e (1465) Execução de medidas socioeducativas		
CLASSE	CÓDIGO TABELAS UNIFICADAS	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE (no período)
		RECEBIDOS (920246)
Execução de Medidas Socioeducativas	(1465)	
Processo de Apuração de Ato Infracional	(1464)	
ASSUNTO	CÓDIGO TABELAS UNIFICADAS	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE (no período)
		RECEBIDOS (920246)
Contra A Dignidade Sexual	(9740)	
Contra A Liberdade Pessoal	(9659)	
Contra o Patrimônio	(9674)	
De Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	(9858)	
De Trânsito	(9892)	
Do Sistema Nacional De Armas	(9893)	
Feminicídio	(12358), (900146)	
Homicídio Simples e Qualificado	(9636), (9638)	
Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor (12547)*	(9873)	

Violência Doméstica Contra a Mulher	(11979)	
-------------------------------------	---------	--

ANEXO IV-c - INFÂNCIA E JUVENTUDE SEÇÃO CÍVEL ASSUNTO: (9964) Seção cível						
CLASSE	CÓDIGO TABELAS UNIFICADAS	ESTATÍSTICA/ QUANTIDADE (no período)		MOVIMENTOS		
		RECEBIDOS (920246)		Recurso (920211)	Manifestação em 2º Grau {920271}	Manifestação em tribunais superiores (920270)
Direito da Criança e do Adolescente -> Seção Cível	(9964)					

ANEXO V-a - ELEITORAL EXTRAJUDICIAL: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO ELEITORAL CLASSES: (910002) Notícia de fato (600552) Notícia de fato — PGR (1733) Procedimento investigatório criminal (PIC-MP) Procedimento preparatório eleitoral (910018)								
CLASSE	CÓDIGO TABELAS UNIFICADAS	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE (no período)			MOVIMENTOS			
		INSTAURADOS (920037)	FINALIZADOS	EM ANDAMENTO	Petição inicial (920013)	Denúncia (920014)	Arquivamento (920107 e 920087)	Recomendação (920068)
Notícia de Fato	(910002)							
Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP)	(1733)							
Procedimento Preparatório Eleitoral	(910018)							
CLASSE	CÓDIGO TABELAS UNIFICADAS	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE (no período)			MOVIMENTOS			
		INSTAURADOS (920037)	FINALIZADOS	EM ANDAMENTO	Petição inicial (920013)	Denúncia (920014)	Arquivamento (920107 e 920087)	Recomendação (920068)
Abuso - De Poder Econômico	(11718)							
Abuso - De Poder Político/Autoridade	(11719)							
Abuso - Uso Indevido de Meio De Comunicação Social	(11720)							
Captação Ilícita de Sufrágio	(11721)							
Captação ou Gasto Ilícito de Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	(12062)							
Conduta Vedada ao Agente Público	(12063)							
Convenção Partidária	(11753)							
Direito De Resposta	(11593)							
Direitos Políticos	(11725)							
Doação de Recursos Acima do Limite Legal	(11699)							
Filiação Partidária	(11755)							
Impugnação ao Registro de Candidatura	(11616)							
Meios Processuais	(12064)							
Perda de Cargo Eletivo por Desfiliação Partidária	(11761)							
Prestação De Contas - De Candidato	(12046)							
Prestação De Contas - De Comitê Financeiro	(12047)							

Propaganda Política - Propaganda Eleitoral	(11652)						
Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Extemporânea/Antecipada	(11667)						
Propaganda Política - Propaganda Partidária	(11773)						
Registro de Candidatura - Drap Partido/Coligação	(12044)						
Registro De Candidatura - Rrc - Candidato	(11618)						

**ANEXO V-b - ELEITORAL
PROCESSO ELEITORAL**

CLASSES: (12061) Ação cautelar, (11526) Ação de impugnação de mandato eletivo, (11527) Ação de investigação judicial eleitoral, (11528) Ação penal, (1318) e (47) Ação rescisória, (11880) Agravo de instrumento, (11530) Apuração de eleição, (11535) Cancelamento de registro de partido político, (1326) e (221) Conflito de competência, (11551) Consulta, (11542) Correição, (11543) Criação de zona eleitoral ou remanejamento, (172) Embargos a execução, (12060) Exceção, (1116) Execução fiscal, (307) Habeas corpus, (1332) e (110) Habeas data, (11544) Instrução, (11545) Lista tríplice, (1335) e (118) Mandado de injunção, (1336) e (120) Mandado de segurança, (11552) Pedido de desaforamento, (1338) e (241) Petição, (11531) Prestação de contas, (1298) Processo administrativo, (11536) Propaganda partidária, (1342) e (244) Reclamação, (11533) Recurso contra expedição de diploma, (11548) Recurso eleitoral, (1343) Recurso criminal, (11549) Recurso especial eleitoral, (1344) Recurso em habeas corpus, (1345) Recurso em habeas data, (1346) Recurso em mandado de injunção, (1347) Recurso em mandado de segurança, (11550) Recurso ordinário, (11532) Registro de candidatura, (11538) Registro de comitê financeiro, (11537) Registro de órgão de partido político em formação, (11539) Registro de partido político, (11541) Representação, (1349) e (428) Revisão criminal, (11546) Revisão de eleitorado, (12059) Suspensão de segurança/liminar

CLASSE	CÓDIGO TABELAS UNIFICADAS	ESTATÍSTICA/ QUANTIDADE (no período)	MOVIMENTOS			
		RECEBIDOS (920246)	Manifestação em 1º Grau (920198)	Recurso (920211)	Manifestação em 2º Grau (920271)	Manifestação em tribunais superiores (920270)
Abuso - De Poder Econômico	(11718)					
Abuso - De Poder Político/Autoridade	(11719)					
Abuso - Uso Indevido de Meio De Comunicação Social	(11720)					
Captação Ilícita de Sufrágio	(11721)					
Captação ou Gasto Ilícito de Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	(12062)					
Conduta Vedada ao Agente Público	(12063)					
Convenção Partidária	(11753)					
Direito De Resposta	(11593)					
Direitos Políticos	(11725)					
Doação de Recursos Acima do Limite Legal	(11699)					
Filiação Partidária	(11755)					
Impugnação ao Registro de Candidatura	(11616)					
Meios Processuais	(12064)					
Perda de Cargo Eletivo por Desfiliação Partidária	(11761)					
Prestação De Contas - De Candidato	(12046)					
Prestação De Contas - De Comitê Financeiro	(12047)					
Propaganda Política - Propaganda Eleitoral	(11652)					
Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Extemporânea/Antecipada	(11667)					
Propaganda Política - Propaganda Partidária	(11773)					
Registro de Candidatura - Drap Partido/Coligação	(12044)					
Registro De Candidatura - Rrc - Candidato	(11618)					

ANEXO VIII - ATENDIMENTO AO PÚBLICO		
MOVIMENTO: (920002) Atendimento - ATIVIDADE NÃO PROCEDIMENTAL: (970107) Atendimento ao público		
MOVIMENTO E ATIVIDADE NÃO PROCEDIMENTAL	CÓDIGO TABELAS UNIFICADAS	QUANTIDADE TOTAL
Atendimento e Atendimento ao Público	(970107), (920002)	

Município, [Data da finalização por extenso].

Nome promotor
Promotor de Justiça

TERMO DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA